

Definição do mandato implode PMDB

A definição do mandato do presidente Sarney deflagrou no PMDB o processo de defecções que se anunciava nos debates do Congresso Constituinte: o partido perdeu ontem o governador Fernando Collor de Mello, de Alagoas, o senador Mário Covas entregou seu cargo de líder e liberou a bancada para escolher quem os representantes e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, estabeleceu como limite para sua permanência no PMDB a realização da convenção nacional do partido, marcada para 21 de agosto.

No Rio Grande do Sul, 21 de agosto também é a data marcada pelos dissidentes do PMDB para definir seu destino político. À frente os senadores José Paulo Risol e José Fogaça e os deputados federais Antonio Britto, Hermes Zanetti, Vicente Bogó e Nelson Jobim, o grupo articula uma chapa "progressista" para disputar a convenção.

Na Bahia, o governador Waldir Pires deu partida ontem à organização de um encontro com outros governadores — entre eles Pedro Simon,

do Rio Grande do Sul, Moreira Franco, do Rio, e Miguel Arraes — para articular uma chapa que possa vencer a convenção e conduzir o PMDB "de volta a seus compromissos históricos". Ele vai pedir a Mário Covas e Fernando Henrique que não saiam temendo "uma debandada", que enfraqueceria um partido que "tem uma tarefa importante a consolidar". E quer o PMDB unido e mais à esquerda, para a votação do segundo turno da Constituinte.

Covas libera bancada

AGÊNCIA ESTADO
e SERVIÇO LOCAL

O senador Mário Covas reafirmou ontem, a cerca de 30 parlamentares presentes à sessão matutina da Constituinte, sua decisão de deixar o PMDB, "na pior das hipóteses, no final dos trabalhos da Constituinte". "Quereria falar na presença do presidente do partido, Ulysses Guimarães, mas, como ele não está aqui, não posso mais adiar esta comunicação." O senador disse que a bancada do partido está liberada para escolher o novo líder, "com ele mais identificado", pois se sente "nitidamente dessintonizado" com a maioria dos seus integrantes. Segundo Covas a decisão nada tem a ver com a aprovação dos cinco anos para Sarney: "Ela já tinha sido tomada, intimamente, há algum tempo". Além disso, Ulysses sabia de sua decisão há pelo menos três meses, explicou.

Após o pronunciamento de Covas, o relator Bernardo Cabral pediu a palavra. Mal começou a falar, quando o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) o interrompeu para anunciar o falecimento do senador Virgílio Távora e pedir o encerramento da sessão. Houve um momento de perplexidade, mas Cabral pôde concluir o discurso. Ele disse que havia passado os últimos três dias com seu neto internado na UTI. "Foram dias muito tristes — explicou, emocionado —, mas o mais triste para mim, na Constituinte, é o dia de hoje. Faço um apelo ao líder Mário Covas para que não concretize a decisão."

Ulysses Guimarães chegou ao plenário quando Cabral acabava de falar, e também fez um pequeno discurso, recordando sua longa amizade com Covas, "apesar de eventuais arrufos". Ulysses fez muitos elogios à atuação do senador, "seja como organizador do partido em São Paulo, seja como prefeito na Capital", e disse, em nome do PMDB e da Constituinte, "que não se pode prescindir dos seus esforços para se chegar às boas soluções na Constituinte". Não fez, contudo, nenhum apelo para que Covas revise sua decisão.

Após chegar a São Paulo, à tarde, Mário Covas avaliou a decisão da Constituinte na questão do mandato de Sarney: "A minha visão é que esta decisão levará a opinião pública a mais uma frustração muito grande. Até agora, o governo federal não fez nada, dizendo sempre que estava preocupado com o mandato. E, daqui para a frente, vai continuar não fazendo nada. Só que agora não fará nada despreocupado". O presidente Sarney, a seu ver, perdeu a credibilidade: "Nem eu nem ninguém acredita nele. Ele teve todo o tempo do mundo para governar, todas as condições. Quem não mostrou competência até agora, não é daqui para a frente que vai mostrá-la".

Embora Ulysses Guimarães tenha se absteído de votar na questão do mandato, Covas lembrou que desde o começo ele se mostrou cincoanista. "Sempre se disse um homem dos cinco anos e tomou uma série de atitudes nesta decisão."

Arraes admite sair

RECIFE
AGÊNCIA ESTADO

O governador Miguel Arraes admitiu ontem, pela primeira vez, deixar o PMDB. Não disse o dia, mas colocou a convenção nacional, em 21 de agosto, como limite.

Se a decisão se concretizar, não terá sido motivada unicamente pela aprovação dos cinco anos para o presidente Sarney, mas pelo abandono, pelo PMDB, das suas bandeiras e compromissos com uma política voltada para a maioria da população. "Vou comparecer à convenção para discutir as questões básicas do partido e saber a sua posição real diante da política que está sendo adotada. Estão acontecendo avanços no campo institucional, mas as mudanças nas questões concretas, substantivas e com reflexos na vida da população são muito poucas", constata Arraes. Na sua opinião, "não podemos manter um modelo econômico que já dura há mais de 20 anos e que se baseia na redução do salário real, e nem permitir que o País se dilua pela ausência de um sistema financeiro sólido". E sentença: "A democracia não é um fim em si, é um instrumento do povo para resolver os seus problemas. E é nesse instrumento que o PMDB tem de se transformar".

Também pela primeira vez fazendo duras críticas ao PMDB, Arraes lembrou quem em 82 e 86 pediu formalmente ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, que promovesse uma reunião para uma reunião. "Não houve um redirecionamento do PMDB depois das eleições vitoriosas de 86, o que foi um erro grave", diz. "Era preciso, naquela oportunidade, ter-se traçado uma linha política decorrente do resultado das urnas. Sem isso, o partido ficou sem parâmetros para a ação, e só com muito custo seguiu adiante."

Quanto às possibilidades de uma união do partido, o governador de Pernambuco observa que o PMDB "sempre foi rachado, tem um caráter de frente que admite várias tendências". Há chances de avanço, contudo, se houver uma reunião em clima das condições novas criadas pela Constituinte, avalia. É por conta desses rumos ainda não definidos que Arraes considera precipitada a saída dos descontentes. "As discussões devem ser esgotadas", defende. O que não significa, porém, apego à sigla: "Não sou Flamengo nem Vasco de rasgar a cartela quando o time perde. O partido é um instrumento e temos de saber adequá-lo. Se temos uma chave de fenda para apertar um parafuso, tudo bem. Mas se o parafuso passa a ser um prego, a chave de fenda já não funciona".

Arraes deixa claro que o fundamental são os objetivos a alcançar. Daí não pensar, por ora, em entrar no partido que está sendo formado pelos dissidentes de várias siglas. "O que é esse partido? O que defende? Muitos dos descontentes votaram equivocadamente em questões substantivas como a reforma agrária e a questão financeira", diz. "O importante não é o discurso, é a prática."



Collor, o primeiro a sair

Collor já está fora

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Acusando o PMDB de ter colaborado para a fixação do mandato do presidente Sarney em cinco anos, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, anunciou ontem o seu desligamento oficial do partido. Ele não quis revelar em qual agremiação ingressará, dizendo apenas que já conversou com o senador Mário Covas. "Mas foi um entendimento preliminar, sem nenhum compromisso", acrescentou.

A decisão não foi comunicada pessoalmente ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. "Estou muito magoado com o partido e este não é o momento de encontrá-lo", desabafou. Fernando Collor enviou a Ulysses uma carta na qual apenas comunica sua saída e diz que os motivos estão expressos em uma nota, anexa, distribuída à imprensa. No documento, ele critica a aprovação dos cinco anos de mandato para o presidente da República.

Para Fernando Collor, a partir de agora Sarney "vai se entregar de braços abertos ao FMI e governar acima dos partidos, esfacelando-os com o fisiologismo". A nota diz também que "Sarney vai tratar os que venderam seu voto com nojo porque não sei se terá paciência para bancar tantos compromissos". E adverte que "o próximo golpe que vamos receber será o cancelamento das eleições municipais marcadas para novembro". Collor afirma ainda que "Sarney é o maior marajá do País, porque entrou para o governo sem o concurso público do voto".

Gaúchos ainda ficam

Os dissidentes gaúchos do PMDB não pretendem acompanhar o senador Mário Covas e sair do partido. Tentarão uma última cartada: continuar no PMDB pelo menos até a convenção nacional de 21 de agosto, articulando uma chapa "progressista" para disputar o diretório e a comissão executiva. Da estratégia fazem parte também a alteração dos estatutos e programa do partido e a aprovação de moção declarando o rompimento com o governo Sarney. Somente se não tiverem êxito nesses projetos é que os descontentes deixarão o PMDB.

As reuniões entre eles têm sido frequentes, segundo confirmou ontem o deputado federal Antônio Britto, ele próprio um dissidente. Ao seu lado, no Rio Grande do Sul, estão os senadores José Paulo Bisol e José Fogaça, os deputados federais Hermes Zanetti, Vicente Bogó e Nelson Jobim e os estaduais Mário Madureira, Sérgio Zambiasi e Francisco Carrion Júnior, entre outros.

"Nós sempre concordamos em que não caberiam posições individuais e que a decisão deveria ser adotada em conjunto", afirmou Britto, acrescentando que o grupo pretende transformar a convenção nacional em uma verdadeira guerra, "na qual se ponha fim à falta de identidade do partido".

A mesma tese é defendida por Mário Madureira, um dos primeiros no estado a manifestar seu descontentamento com o PMDB. Ontem, ele disse que não quer ser acusado de precipitação ou irresponsabilidade, saindo agora do partido. E sugeriu que a saída dos dissidentes poderia ficar para depois das eleições municipais, já que muitos são candidatos e poderiam prejudicar suas campanhas se trocassem de partido neste momento.

O grupo espera que futuramente ocorra uma transferência em massa de peemedebistas gaúchos para o novo partido que será formado. Segundo o deputado Mário Madureira, no Rio Grande do Sul o PMDB é mais progressista e homogêneo que em outros estados. Assim, o ingresso em outra sigla seria o caminho natural dos dissidentes se ficar confirmado o domínio da ala mais conservadora sobre o PMDB a nível nacional.

Para Antônio Britto, a fixação do mandato do presidente Sarney em cinco anos provocará o aumento das manobras para o adiamento das eleições municipais previstas para novembro. Ele observou que o Palácio do Planalto e os seus aliados na Constituinte só não assumiram até agora a defesa ostensiva do adiamento porque isso taticamente não era conveniente. "Golpear as eleições municipais poderia trazer prejuízos", ressaltou.

"Várias linhas já estão convergindo para o mesmo ponto, num jogo visível de prorrogar as eleições", continuou Britto. Em sua opinião, o Centro evitou que a data fosse confirmada junto com a duração do mandato de Sarney e está obstruindo a votação da regulamentação das eleições.

Manifesto de Montoro decepciona novo partido

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Causou profunda decepção o esboço de manifesto do novo partido preparado pelo grupo ligado ao ex-governador Franco Montoro. Apresentado ontem aos parlamentares e políticos que estão articulando a iniciativa — dissidentes do PMDB e do PFL —, o documento foi considerado "velho, com muito ranço peemedebista e idéias genéricas", por deputados da esquerda peemedebista.

O grupo se reuniu durante três horas na sala da Comissão de Justiça do Senado, sob a presidência do senador Fernando Henrique Cardoso e com a participação do senador Mário Covas. Estiveram presentes cerca de 30 parlamentares, entre eles o senador José Riche e o deputado Jaime Santana (PFL-MA).

A maior parte do tempo foi dedicada à discussão do documento preparado pelo ex-governador paulista, cujo único ponto positivo destacado pelos presentes foi a defesa do parlamentarismo. O grupo ainda não escolheu o nome do futuro partido, mas, entre as muitas sugestões, encontra maior receptividade a sigla PSDB — Partido Social Democrático Brasileiro. A ideia original era incluir a expressão socialista na denominação, mas os conservadores que pretendem aderir à nova agremiação reagiram e a solução foi substituí-la pela palavra social.

"PIOR QUE O MDB"

O grupo promoverá um encontro nacional nos dias 23 e 24, em Brasília, quando serão aprovados os documentos básicos do partido, que estão sendo elaborados por diferentes parlamentares. Mas nem todos os que compareceram à reunião de hoje estão efetivamente decididos a ingressar na nova legenda. Alguns acreditam que ela "será pior do que o MDB, ou o PMDB originais".

Na realidade, existem antagonismos ideológicos entre os articuladores do futuro partido, e não é de se esperar, por exemplo, que os progressistas do PMDB integrem o mesmo partido que a deputada Sandra Cavalcanti. Ela não participou da reunião de ontem, mas disse que foi representada pelo deputado Jaime Santana e aguarda apenas a ficha de filiação para aderir ao novo partido.

A participação de Sandra Cavalcanti e de outros liberais, e até de alguns peemedebistas, é vista com reservas pelos dissidentes de esquerda do PMDB, que avaliam não ter pontos em comum com esses políticos. Talvez esses parlamentares acabem aderindo ao PDT, admitiu um deputado da esquerda, ao final do encontro. A seu ver a falta de opção partidária de alguns dissidentes — que não consideram a possibilidade de ingresso nos partidos comunistas, no PT, ou no PSB — pode conduzi-los ao PDT.

PT planeja campanha de mobilização popular

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A direção nacional do PT pretende mobilizar as forças populares para tentar ampliar alguns dos avanços já aprovados pela Constituinte, inclusive através da distribuição de cartazes denunciando os parlamentares que votaram a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney depois de terem feito proselitismo em favor das eleições diretas este ano na última campanha eleitoral.

A Comissão Executiva Nacional do partido se reuniu, ontem, durante três horas com a bancada na Constituinte, para uma avaliação conjunta sobre o atual quadro político, os trabalhos dos petistas na Assembleia, bem como seu papel e o comportamento que deverão adotar no segundo turno de votação e depois da promulgação da nova Carta.

As informações foram prestadas pelo presidente do PT, deputado Olívio Dutra, que admitiu avanços aprovados pela Assembleia Constituinte, explicando que o objetivo do encontro de ontem foi orientar a discussão interna no partido, sobre essas questões. Ele garantiu que a reunião já estava marcada não tendo nenhuma relação com a aprovação dos cinco anos para Sarney.

Ulysses não vê dissidências



Ulysses (com Antônio Carlos) é o último otimista

"Não há dissidência dentro do PMDB. Existem apenas companheiros que têm uma visão táctica diferente daquela do partido, o que é normal", afirmou ontem o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães. Ele nega que a legenda venha a se enfraquecer com a saída de líderes expressivos, como o senador Mário Covas: "O partido tem problemas mas vai continuar", garante. Para isso, Ulysses volta agora as suas atenções para a reestruturação do programa partidário, a fim de renovar o PMDB, às vésperas da convenção nacional marcada para 21 de agosto.

"Lamento as saídas, mas outros já saíram, em uma renovação até mesmo salutar quando se avizinha a convenção", afirma Ulysses, que não teme a possibilidade de o partido assumir um perfil conservador que prejudique a sua imagem. "Na Constituinte, participamos na tomada de decisões de assuntos progressistas e, acredito, o perfil do PMDB continuará o mesmo após a convenção", argumenta. Nessa próxima semana, Ulysses deverá convocar uma reunião da Executiva, em que serão lançados os nomes que irão compor a comissão responsável pela reestruturação do programa do partido. Os nomes já cogitados são os do ministro da Cultura, Ceiso Furtado, do secretário de Cultura do Rio de Janeiro, Raphael de

Almeida Magalhães, e dos deputados Léléo de Souza e Roberto Cardoso Alves, do Centro. Mesmo antes de formado o grupo, Ulysses já conta com o apoio de alguns governadores. Orestes Quércia, de São Paulo, por exemplo, prometeu organizar seminários nos quais serão discutidos os problemas do partido em nível nacional e regional.

PERTO DA REALIDADE
A ideia é a de que o trabalho da comissão de reestruturação resulte na adaptação do partido à realidade econômica e social do País, deixando de lado as questões institucionais, atualmente mais focalizadas no programa. "Um programa feito no período ditatorial, justificando-se uma preocupação maior com as instituições. Desta vez, as bandeiras se voltarão com maior força para o social", explica o deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB e um dos articuladores da renovação. Pelas suas contas, o PMDB deverá ficar com pelo menos 200 deputados e senadores, terminado o período da dissidência. "Continuaremos sendo o maior partido", assegura Reis, admitindo, contudo, que, além do próprio Ulysses, ainda não há nomes de líderes no Congresso capazes de unir o que resta da legenda.

O perfil centro-esquerda que o partido deseja adotar vai ser discutido pelos diretórios regionais antes da convenção. "Vamos chegar lá com um pensamento uniforme", promete Milton Reis.

Votação também separa marido e mulher

FLAMARIÓN MOSSRI

Não só o PMDB saiu dividido com a definição do mandato do presidente Sarney. O voto a favor ou contra os cinco anos também causou dissidências entre marido e mulher, pai e filho, tio e sobrinho, além de arranhar a autoridade de alguns governadores. E, coincidentemente, tanto os que preferiram eleições presidenciais em 89 como aqueles que resistiram às pressões políticas e familiares apresentaram a mesma justificativa: a consciência.

O problema mais comentado foi o do casal Camata, do PMDB do Espírito Santo. O senador Gérson votou pelo mandato de cinco anos e queria que sua mulher, Rita, o acompanhasse. Pouco antes de acionar o botão na votação eletrônica o senador perguntou à sua mulher: "Tudo certo, meu bem?", abrindo a mão direita para renovar o pedido pelos cinco anos. Rita Camata sacudiu a cabeça e mostrou quatro dedos.

A deputada Miriam Portella (PDS-PI) estava informada com notícias de alguns jornais, de que seu casamento com o ex-governador e atual vice do Piauí, Lucídio Portella, estava ameaçado pelo seu voto contra os cinco anos: "O meu marido foi quem menos pediu ou pressionou".

O governador do Piauí, Alberto Silva (PMDB), não cumpriu sua promessa ao presidente Sarney, de garantir os votos de todos os constituintes do estado pelos cinco anos. Seu próprio filho, deputado Paulo Silva, votou contra, além de Miriam Portella e do presidente do diretório regional do PMDB, senador Chagas Rodrigues.

Para evitar as pressões dos cincoanistas, Paulo Silva — liderado por Mário Covas — colocou no bolso uma falsa declaração de voto a favor dos cinco anos. Quando lhe pediram para votar a emenda dos cinco anos, ele concordava e mostrava a declaração de voto. Mas votou contra, contrariando o pai governador.

CASAIS UNIDOS

Da Bahia o senador Luiz Viana Filho votou contra, mas seu filho, deputado Luiz Vianna Neto, votou com o governo — cinco anos. Do Rio Grande do Norte o casal Maia (PDS) votou unido, contra os cinco anos: senador Lavoisier e deputada Wilma. Outros dois casais unidos, mas a favor dos cinco anos, foram o de Goiás, senador Irapuan Costa Júnior e deputada Lúcia Vânia (ambos do PMDB), e o de Roraima, os deputados petebistas Ottomar e Mariuce Pinto. Os irmãos Baciellar (PMDB-BA) — senador Ruy e deputado João Carlos — votaram contra.

O senador Albano Franco e seu irmão, deputado Antônio Carlos Franco (PMDB-SE) preferiram os cinco anos, da mesma forma como o senador Mauro Benedites e seu filho, Carlos Benedites (PMDB-CE). O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), sobrinho de Tancredo Neves, votou contra, mas o deputado



Rita Camata

do Aécio Neves Cunha (PMDB-MG), neto do presidente eleito, votou a favor dos cinco anos.

O deputado José Carlos Vasconcelos, cunhado do ex-ministro Marcos Freire, optou pelos cinco anos, e seu sobrinho, deputado Luiz Freire, filho do falecido ministro, fi-

cou contra. Duas filhas de ex-presidentes votaram diferente: Dirce Maria Tutu Quadros queria quatro anos, enquanto Márcia Kubitschek votou a favor dos cinco.

Outro registro da votação de quinta-feira: todos os ex-ministros de Sarney, menos um, votaram contra o mandato de cinco anos: Fernando Lyra (Justiça), Afonso Camargo (Transportes), Joaquim Francisco (Interior), Francisco Dornelles (Fazenda), Jorge Bornhausen (Educação), Marco Maciel (Educação e Casa Civil). A favor, só o ex-ministro da Saúde, deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo.

Os "moderados" do PFL, que baterão chapa na convenção nacional contra os governistas, deram mostra de que estão dispostos a continuar fazendo oposição ao presidente Sarney. Votaram contra os cinco anos, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Lúcio Alcântara, Joaquim Francisco, Saulo Queiroz, Jayme Santana, Carlos Chiarelli, Alcení Guerra, Antônio Carlos, Mendes Thame, Jalles Fontoura, Maria de Lourdes Abadia, José Agripino Maia, Lúcia Braga, Rachel Cândido (que deixou o partido). A exceção coube ao senador alagoano Guilherme Palmeira, mas seu irmão, deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), votou contra.

Brasília/Agência Estado